

IBRAIM ROCHA
GIROLAMO DOMENICO TRECCANI
JOSÉ HEDER BENATTI
LILIAN MENDES HABER
ROGÉRIO ARTHUR FRIZA CHAVES

MANUAL DE DIREITO AGRÁRIO



LIÇÕES DE DIREITO AGROAMBIENTAL

2ª edição

Belo Horizonte



2015

© 2010 Editora Fórum Ltda.
2015 2ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

| | |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| Adilson Abreu Dallari | Flávio Henrique Unes Pereira |
| Alécia Paolucci Nogueira Bicalho | Florianio de Azevedo Marques Neto |
| Alexandre Coutinho Pagliarini | Gustavo Justino de Oliveira |
| André Ramos Tavares | Inês Virginia Prado Soares |
| Carlos Ayres Britto | Jorge Ulisses Jacoby Fernandes |
| Carlos Mário da Silva Velloso | Juarez Freitas |
| Cármem Lúcia Antunes Rocha | Luciano Ferraz |
| Cesar Augusto Guimarães Pereira | Lúcio Delfino |
| Clovis Beznos | Marcia Carla Pereira Ribeiro |
| Cristiana Fortini | Márcio Cammarosano |
| Dinorá Adelaide Musetti Grotti | Marcos Ehrhardt Jr. |
| Diogo de Figueiredo Moreira Neto | Maria Sylvia Zanella Di Pietro |
| Egon Bockmann Moreira | Ney José de Freitas |
| Emerson Gabardo | Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho |
| Fabrizio Motta | Paulo Modesto |
| Fernando Rossi | Romeu Felipe Bacellar Filho |
| | Sérgio Guerra |



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Supervisão editorial: Marcelo Belico

Capa, projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

II4M Rocha, Ibraim *et al*

Manual de direito agrário constitucional: Lições de direito agroambiental \ Rocha, Ibraim ; Treccani, Girolamo Domenico ; Benatti, José Heder; Haber, Lilian Mendes ; Chaves, Rogério Arthur Friza. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

624p.
ISBN 978-85-450-0037-2

Direito Agrário. Direito Ambiental. I. Título. II. Rocha, Ibraim. III. Treccani, Girolamo Domenico. IV. Benatti, José Heder. V. Haber, Lilian Mendes. VI. Chaves, Rogério Arthur Friza.

CDD: 344.046
CDU: 349.42

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ROCHA, Ibraim *et al*. *Manual de direito agrário constitucional: Lições de direito agroambiental*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

SUMÁRIO

| | |
|-------------------|----|
| APRESENTAÇÃO..... | 19 |
|-------------------|----|

PARTE I
NOÇÕES GERAIS DE DIREITO AGRÁRIO

| | |
|--------------------------------|----|
| CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO | 23 |
|--------------------------------|----|

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO 2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS..... | 25 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO 3 DENOMINAÇÃO: AGRÁRIO X RURAL X FUNDIÁRIO | 29 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO 4 DEFINIÇÃO, OBJETO, NATUREZA JURÍDICA E CONTEÚDO | 31 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO 5 AUTONOMIA DO DIREITO AGRÁRIO | 35 |
| 5.1 Autonomia científica e didática | 37 |
| 5.2 Autonomia legislativa e jurisprudencial | 40 |
| 5.3 Autonomia administrativa | 44 |

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO 6 RELAÇÃO DO DIREITO AGRÁRIO COM OUTROS RAMOS DO DIREITO E OUTRAS CIÊNCIAS | 47 |
|---|----|

| | |
|----------------------------|----|
| CAPÍTULO 7 FONTES | 53 |
|----------------------------|----|

| | |
|--------------------------------------|----|
| CAPÍTULO 8 PRINCÍPIOS GERAIS..... | 55 |
|--------------------------------------|----|

PARTE II AS POSSES

CAPÍTULO 1

| | |
|---|-----------|
| AS POSSES NO DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO | 63 |
| 1.1 Aspectos histórico-políticos da ocupação das terras no Brasil | 63 |
| 1.2 Legislação portuguesa – Carta de Sesmaria | 65 |
| 1.3 Implantação do sistema sesmarial no Brasil | 66 |
| 1.3.1 Cláusulas contratuais | 66 |
| 1.4 Regime de posse | 67 |
| 1.5 Regime da Lei de Terras | 68 |
| 1.6 Estrutura agrária na República | 73 |
| 1.7 Estatuto da Terra | 74 |

CAPÍTULO 2

| | |
|---|-----------|
| SIGNIFICADO JURÍDICO DA POSSE E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO DE PROPRIEDADE | 77 |
| 2.1 Etimologia da posse e posse agrária | 82 |

CAPÍTULO 3

| | |
|---|-----------|
| POSSE AGROECOLÓGICA | 89 |
| 3.1 Conceito de populações tradicionais e posse agroecológica | 91 |

CAPÍTULO 4

| | |
|---|-----------|
| POSSES ÉTNICAS | 99 |
| 4.1 Posse indígena | 99 |
| 4.1.1 Natureza da posse indígena | 99 |
| 4.1.2 Natureza jurídica da autorização do Congresso Nacional e oitiva das comunidades indígenas | 102 |
| 4.1.3 Terras indígenas e julgamento da demarcação Terra Indígena Raposa do Sol – Pet nº 3.388-STF | 113 |
| 4.2 Posse quilombola | 124 |
| 4.2.1 Conceito de remanescentes de quilombos | 126 |
| 4.2.2 Compreensão do processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos – Significado e alcance | 126 |
| 4.2.3 Regime da posse quilombola e unidades de conservação | 148 |

PARTE III PROPRIEDADE RURAL E O SEU REGIME JURÍDICO

CAPÍTULO 1

| | |
|--|------------|
| ESTRUTURA DA TERRA BRASILEIRA. CONCEITO. CARACTERÍSTICAS. IDENTIFICAÇÃO | 159 |
| 1.1 As terras públicas no ordenamento brasileiro | 159 |
| 1.1.1 Destinação das terras públicas | 161 |
| 1.1.2 Classificação das terras públicas | 161 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 1.1.3 | As terras devolutas..... | 162 |
| 1.1.3.1 | As terras devolutas e sua dominialidade..... | 165 |
| 1.1.4 | Terreno de marinha..... | 169 |
| 1.1.4.1 | Os terrenos acrescidos de marinha..... | 171 |
| 1.1.5 | Os terrenos marginais..... | 171 |
| 1.1.6 | Terras na faixa de fronteira..... | 172 |
| 1.1.7 | Várzea – Natureza jurídica e dominialidade..... | 174 |

CAPÍTULO 2

| | | |
|--|---|-----|
| FORMAS DE ACESSO À PROPRIEDADE RURAL | | 179 |
| 2.1 | Legitimação e regularização de posse | 179 |
| 2.1.1 | Distinção entre legitimação de posse e regularização de posse | 181 |
| 2.1.2 | Regularização fundiária na Amazônia Legal – Lei Federal nº 11.952, de 25 de junho de 2009 – Conversão da MP nº 458 de 10 de fevereiro de 2009 | 181 |
| 2.1.3 | Limitações constitucionais da regularização fundiária | 192 |
| 2.2 | Colonização | 194 |
| 2.3 | Assentamento..... | 194 |

CAPÍTULO 3

| | | |
|----------------------|--------------------------------------|-----|
| DISCRIMINATÓRIA..... | | 197 |
| 3.1 | Introdução | 197 |
| 3.2 | Discriminatória administrativa | 201 |
| 3.3 | Discriminatória judicial | 205 |

CAPÍTULO 4

| | | |
|-------------------------|--|-----|
| ARRECAÇÃO SUMÁRIA | | 207 |
|-------------------------|--|-----|

CAPÍTULO 5

| | | |
|--|--|-----|
| DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL..... | | 209 |
|--|--|-----|

CAPÍTULO 6

| | | |
|-------------------------|---|-----|
| USUCAPIÃO AGRÁRIO | | 215 |
| 6.1 | Antecedentes históricos e definições | 215 |
| 6.1.1 | Antecedentes históricos | 215 |
| 6.1.2 | Definição | 216 |
| 6.2 | Evolução legislativa e modalidades..... | 217 |
| 6.3 | Tipos fundamentais de usucapião | 219 |
| 6.4 | Exigências legais para ter direito à usucapião especial (denominada de usucapião agrária ou <i>pro labore</i>) | 221 |
| 6.5 | Objetivos | 223 |
| 6.6 | Ação judicial – Lei nº 6.969, de 10.12.1981 | 223 |
| 6.7 | Não podem ser objeto de usucapião..... | 225 |
| 6.8 | Usucapião coletivo de imóvel rural..... | 227 |
| 6.8.1 | Conceito | 231 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 6.8.2 | Estatuto da Cidade, interesses tutelados e meio rural..... | 231 |
| 6.8.3 | Modalidades dos interesses metaindividuais no direito brasileiro e usucapião coletivo | 234 |
| 6.8.4 | Modalidades de interesses metaindividuais e ação de usucapião especial coletivo – Lei nº 10.257/01 – Elementos para sua adequada compreensão..... | 234 |
| 6.8.5 | Condições da ação | 236 |
| 6.8.5.1 | Possibilidade jurídica da demanda..... | 236 |
| 6.8.5.2 | Carência da ação em razão das partes..... | 237 |
| 6.8.5.3 | Carência da ação em razão da causa de pedir..... | 238 |
| 6.8.5.4 | Carência da ação em razão do pedido..... | 239 |
| 6.8.5.5 | Interesse de agir..... | 242 |
| 6.8.5.6 | Legitimidade <i>ad causam</i> | 243 |
| 6.8.5.6.1 | Legitimidade restrita da ação de usucapião coletiva e legitimidade concorrente e disjuntiva de outros instrumentos de ação coletiva | 245 |
| 6.9 | Aspectos procedimentais da usucapião coletiva e formação da relação jurídica processual..... | 246 |
| 6.9.1 | Competência..... | 248 |
| 6.9.2 | Execução | 249 |
| 6.10 | Notas conclusivas sobre usucapião coletivo..... | 250 |

CAPÍTULO 7

| | | |
|---|---|-----|
| ESTRUTURA DA PROPRIEDADE AGROAMBIENTAL E SEU REGIME JURÍDICO..... | | 255 |
| 7.1 | A função social e ecológica da propriedade privada rural como um direito fundamental e constitucional | 258 |
| 7.2 | A propriedade rural como elemento configurador dos mandamentos constitucionais | 260 |

CAPÍTULO 8

| | | |
|--|--|-----|
| AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS POR PARTE DE ESTRANGEIROS | | 265 |
| 8.1 | Estrangeiros..... | 266 |
| 8.2 | Modos de aquisição..... | 266 |
| 8.2.1 | Pessoa física | 267 |
| 8.2.2 | Pessoas jurídicas | 269 |
| 8.3 | Vedações legais para aquisição de propriedades por parte de estrangeiros | 270 |

PARTE IV

LIMITAÇÕES AMBIENTAIS AO DIREITO DE PROPRIEDADE

CAPÍTULO 1

| | | |
|---|--|-----|
| FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE..... | | 273 |
|---|--|-----|

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 2 | |
| NATUREZA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE E DOS BENS AMBIENTAIS..... | 279 |
| CAPÍTULO 3 | |
| DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS AMBIENTAIS | 289 |
| CAPÍTULO 4 | |
| TOMBAMENTO | 291 |
| CAPÍTULO 5 | |
| RESERVA LEGAL (RL) | 293 |
| 5.1 Imóvel rural e a reserva legal (RL) | 293 |
| 5.2 Utilização | 298 |
| 5.3 Localização | 299 |
| 5.4 Registro da reserva legal junto ao cadastro ambiental rural..... | 300 |
| 5.5 Percentuais de propriedade e problemas de localização..... | 300 |
| 5.6 Recomposição de reserva legal..... | 301 |
| 5.7 Compensação de reserva legal | 301 |
| 5.8 Possibilidade de compensação de reserva legal em terras públicas | 303 |
| 5.9 Áreas de preservação permanente..... | 305 |
| CAPÍTULO 6 | |
| ÁREA DE USO INTENSIVO | 311 |
| 6.1 Imóvel rural e a área de uso intensivo (AUI) | 311 |
| CAPÍTULO 7 | |
| SERVIDÕES | 313 |
| 7.1 Servidão de trânsito | 313 |
| 7.2 Servidão florestal e servidão ambiental | 313 |
| 7.3 Servidão minerária e servidão civil | 314 |
| 7.3.1 Indenização prévia das servidões minerárias | 315 |
| 7.4 Jurisprudência relacionada | 317 |
| 7.4.1 Servidão minerária e civil – Institutos diferentes | 317 |
| 7.4.2 Outros tipos de servidões incidentes sobre a propriedade – Servidão administrativa..... | 318 |
| CAPÍTULO 8 | |
| LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA PROVISÓRIA (LAP) E TERRAS RESERVADAS | 321 |
| 8.1 Origem e natureza jurídica do instituto da limitação administrativa provisória e sua distinção das terras reservadas...321 | |
| 8.2 Procedimentos para instituição da Limitação Administrativa Provisória e Terras Reservadas..... | 325 |

CAPÍTULO 9

| | |
|---|------------|
| LIMITAÇÕES AMBIENTAIS VOLUNTÁRIAS | 327 |
| 9.1 Origem | 327 |
| 9.2 O que significa ISO | 328 |
| 9.3 Evolução..... | 328 |
| 9.4 Como os padrões de ISO beneficiam a sociedade | 328 |
| 9.5 ISO 9000 e ISO 14000 – Referência internacional | 329 |
| 9.6 Onde encontrar a informação em padrões | 329 |
| 9.7 Mais um pouco sobre ISO 14000 | 330 |
| 9.8 Dimensão da organização | 330 |

CAPÍTULO 10**DOMÍNIO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POSSE**

| | |
|---|------------|
| AGROECOLÓGICA | 333 |
| 10.1 Modalidades de unidade de conservação..... | 339 |
| 10.2 Criação de unidade de conservação e populações tradicionais..... | 346 |
| 10.2.1 Natureza jurídica do domínio das unidades de conservação e instrumento de regularização fundiária para as comunidades tradicionais | 347 |

PARTE V POLÍTICA AGRÍCOLA

CAPÍTULO 1

| | |
|---|------------|
| POLÍTICA AGRÍCOLA | 353 |
| 1.1 Crédito rural..... | 357 |
| 1.2 Cadastro rural | 359 |
| 1.3 Imposto Territorial Rural (ITR)..... | 361 |
| 1.3.1 Finalidades | 361 |
| 1.3.2 Fato gerador e base de cálculo e alíquota | 362 |
| 1.3.2.1 Fato gerador | 362 |
| 1.3.2.2 Base de cálculo | 364 |
| 1.3.2.3 Alíquota | 365 |
| 1.3.3 Imunidades e isenções | 365 |

PARTE VI REFORMA AGRÁRIA

CAPÍTULO 1

| | |
|-----------------------------|------------|
| REFORMA AGRÁRIA..... | 371 |
| 1.1 Conceito | 371 |

CAPÍTULO 2**DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA**

| | |
|--------------------------------------|------------|
| 2.1 Conceito e objetivos..... | 380 |
|--------------------------------------|------------|

| | | |
|---------|--|-----|
| 2.2 | Bens objeto da desapropriação para fins de reforma agrária..... | 381 |
| 2.3 | Fase administrativa do processo de desapropriação..... | 384 |
| 2.3.1 | Vistoria | 384 |
| 2.3.1.1 | Vistoria e características do Manual de Obtenção de Terras do INCRA | 385 |
| 2.3.2 | Pagamento das TDAs..... | 391 |
| 2.3.2.1 | Pagamento da terra pelo beneficiário da reforma agrária | 391 |
| 2.4 | Desapropriação judicial por interesse social para fins de reforma agrária | 392 |
| 2.4.1 | Decreto | 394 |
| 2.4.2 | Requisitos e características da ação judicial | 394 |
| 2.4.3 | Procedimentos da instrução e julgamento..... | 397 |
| 2.4.4 | Recursos e execução | 398 |
| 2.5 | A justa indenização na ação de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária..... | 398 |
| 2.6 | Avaliação das terras – Correta metodologia – Impossibilidade de se avaliar bens naturais como um valor próprio – Independente da intervenção humana..... | 399 |
| 2.6.1 | Exclusão de espécies arbóreas e terras sem efetivo uso – Meras potencialidades não geram direitos a lucros cessantes..... | 399 |
| 2.6.2 | Exclusão de indenização de áreas cujo legislador define como fora do uso econômico – Espécies arbóreas declaradas imunes de corte – art. 45, inciso III, da Lei nº 9.985/2000 c/c Regras da Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal – Sobre as áreas de preservação permanente e reserva legal | 401 |
| 2.6.3 | Impossibilidade de indenização de lucros cessantes ou compensatórios de áreas sem efetivo uso econômico – Não se indeniza meras potencialidades – Somente o trabalho gera riqueza e direitos indenizáveis | 407 |
| 2.7 | Cálculo da indenização e incidência de juros compensatórios e de mora – Consequências da liminar da ADI nº 2.332-DF | 409 |
| 2.8 | Domínio e indenização | 419 |
| 2.9 | Notas conclusivas sobre a indenização | 420 |
| 2.10 | Distinções entre o pedido de decretação judicial de perda da propriedade pelo não cumprimento da função social, previsto no artigo 1.228, §4º, do CC, e usucapião coletivo | 422 |
| 2.10.1 | Elementos de distinção dos institutos jurídicos..... | 424 |
| 2.11 | Pedido de decretação judicial de perda da propriedade e intervenção do Poder Público..... | 429 |
| 2.11.1 | Pagamento da indenização e Poder Público..... | 434 |
| 2.11.2 | Notas conclusivas | 437 |

CAPÍTULO 3

| | | |
|---|---|-----|
| DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE REGISTROS IMOBILIÁRIOS ATRAVÉS DE PEDIDO ADMINISTRATIVO | | 439 |
| 3.1 | Grilagem como apropriação indevida de terras públicas | 439 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 3.2 | Regime jurídico da atividade notarial e de registro e possibilidade de declaração de nulidade..... | 445 |
| 3.3 | Declaração de nulidade de registros públicos pelas corregedorias dos Tribunais De Justiça – Constitucionalidade..... | 448 |
| 3.3.1 | Ainda a suposta violação do Contraditório e da Ampla Defesa – Possibilidade de Cancelamento Administrativo de Registros Imobiliários Nulos..... | 460 |
| 3.4 | Impossibilidade da responsabilidade civil objetiva do Estado decorrente de atos privados dos notários..... | 465 |

PARTE VII CONTRATOS AGRÁRIOS

| | | |
|------------|--------------------------|-----|
| CAPÍTULO 1 | CONTRATOS AGRÁRIOS | 473 |
|------------|--------------------------|-----|

| | | |
|------------|--|-----|
| CAPÍTULO 2 | DISTINÇÃO ENTRE CONTRATOS AGRÁRIOS E CONTRATO DE TRABALHO DE EMPREGADO RURAL | 475 |
|------------|--|-----|

| | | |
|------------|--------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 3 | CONTRATOS AGRÁRIOS – CONCEITO | 477 |
| 3.1 | Princípios gerais..... | 479 |
| 3.1.1 | Autonomia da vontade | 480 |
| 3.1.2 | Supremacia do interesse público..... | 480 |
| 3.1.3 | Obrigatoriedade..... | 481 |
| 3.1.4 | Boa-fé..... | 481 |

| | | |
|------------|--|-----|
| CAPÍTULO 4 | TIPOS DE CONTRATO AGRÁRIO E SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS | 483 |
| 4.1 | Tipos de contratos agrários..... | 483 |
| 4.2 | Características gerais dos contratos agrários..... | 484 |
| 4.2.1 | Partes que intervêm nos contratos..... | 484 |
| 4.2.2 | Informalidade..... | 485 |
| 4.2.3 | Onerosidade | 487 |
| 4.2.4 | Sucessividade | 487 |
| 4.2.5 | Comutatividade | 487 |
| 4.2.6 | <i>Intuitu personae</i> | 487 |
| 4.3 | Cláusulas obrigatórias de todos os contratos agrários (art. 13 do Decreto nº 59.566/66) | 487 |
| 4.3.1 | Cláusulas de indenização das benfeitorias | 490 |
| 4.3.2 | Cláusulas que asseguram a proteção social e econômica do trabalhador rural (Dec. nº 59.566/66 e art. 13, V, da Lei nº 4.947/66)..... | 490 |
| 4.3.3 | Extinção do contrato agrário | 492 |

CAPÍTULO 5

| | |
|---|------------|
| ARRENDAMENTO | 495 |
| 5.1 Definição | 495 |
| 5.2 Características | 495 |
| 5.3 Modalidades de arrendamento | 497 |
| 5.3.1 Subarrendamento | 497 |
| 5.4 Prorrogação do contrato e direito de preferência do arrendatário | 498 |
| 5.5 Obrigações das partes do Contrato de Arrendamento | 500 |

CAPÍTULO 6

| | |
|---|------------|
| PARCERIA RURAL | 503 |
| 6.1 Visão histórica | 503 |
| 6.2 Conceito de parceria rural | 503 |
| 6.3 Distinção entre a parceria rural e arrendamento | 504 |
| 6.4 Partes e objeto da parceria rural | 505 |
| 6.5 Formas e prazo na parceria rural | 505 |
| 6.6 Partilha dos rendimentos da parceria rural | 506 |
| 6.7 Falsa parceria rural | 507 |

CAPÍTULO 7

| | |
|--|------------|
| OUTROS TIPOS DE CONTRATO UTILIZADOS NO MEIO RURAL | 509 |
| 7.1 Contrato de Empreitada | 509 |
| 7.2 Contrato de Comodato | 509 |
| 7.3 Contrato de Usufruto | 509 |
| 7.4 Contrato de Pastagem ou Invernagem | 510 |
| 7.5 Pastoreio | 510 |

PARTE VIII**CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONCESSÕES DE EXPLORAÇÃO
FLORESTAL****CAPÍTULO 1**

| | |
|-------------------------|------------|
| INTRODUÇÃO | 513 |
|-------------------------|------------|

CAPÍTULO 2

| | |
|--|------------|
| PRINCÍPIOS DO CÓDIGO FLORESTAL SOBRE A EXPLORAÇÃO FLORESTAL | 517 |
|--|------------|

CAPÍTULO 3

| | |
|--|------------|
| LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS – NORMA GERAL PARA OS CONTRATOS E CONCESSÕES FLORESTAIS | 521 |
| 3.1 Princípios do Código Florestal e da Lei de Gestão de Florestas Públicas | 524 |

| | | |
|---|---|-----|
| 3.2 | Conceitos da Lei de Gestão de Florestas Públicas e a sua aplicação à exploração florestal | 528 |
| 3.2.1 | Conceitos dos objetos da gestão florestal | 529 |
| 3.2.2 | Conceitos operacionais da gestão florestal | 531 |
| 3.2.3 | Conceitos administrativos da gestão florestal | 534 |
| 3.2.4 | Conceitos políticos da gestão florestal | 537 |
| 3.3 | Dos modelos de pactuação para a gestão de florestas públicas e privadas | 540 |
| 3.3.1 | Gestão direta pelo Poder Público e particulares de florestas para a produção | 542 |
| 3.3.2 | Gestão mediante a destinação às comunidades locais | 543 |
| 3.3.3 | Gestão mediante concessões florestais | 549 |
| CONCLUSÕES GERAIS | | 557 |
| Referências | | 559 |
| ANEXOS | | |
| ANEXO A – Direito Agroambiental na Constituição Federal | | 573 |
| ANEXO B – Questões de Concursos | | 575 |